



Palestra 1: Estratégia de desenvolvimento nacional de longo prazo

- **Palestrante:** Darc Costa, economista e presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul;
- **Debatedor:** Ariel Pares, subsecretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR);
- **Coordenador:** Ayrton Galiciani Martinello, analista de Planejamento e Orçamento.

Degravação “ipsis litteris”

Senhor Ayrton Galiciani Martinello: Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Primeiramente eu gostaria de agradecer a presença do professor Darc, doutor Ariel. Obrigado por contribuírem com esse nosso primeiro seminário da carreira de Orçamento e Planejamento. Gostaria de fazer um registro. Eu sou da turma de 1997. Doutor Ariel, à época, estava na SPI, junto com o doutor Silveira. E, a partir daquela turma, eu tenho notado, e acho que a história vai falar sobre isso, essa modificação do perfil da carreira. A partir de lá nós começamos a falar mais em planejamento. Até 2000 a carreira mudou para o APO. Antigamente era analista de orçamento. Eu queria fazer esse registro, Ariel. Acho que foi muito importante aquele momento. A nós aqui já foi explicado a dinâmica de como se dará essa primeira palestra. Eu já vou passar de imediato para o doutor Darc Costa para que a gente não perca tempo aqui em mais falasões.

Senhor Darc Costa: Bom dia. Eu queria primeiramente cumprimentar os demais membros da mesa. Doutor Ariel, moderador, e apresentar meus agradecimentos por esse honroso convite de participar desse primeiro seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Antes de falar sobre estratégias de desenvolvimento, eu gostaria de falar um pouco sobre a idéia da estratégia. A estratégia, durante muito tempo, foi vista como a arte dos generais. Estratégia vem de *strategus* e era basicamente como uma maneira de se conduzir o conflito. Mas essa visão é uma visão muito presa, muito limitada e limita muito a questão da estratégia. Eu gostaria de apresentar outras duas visões que têm muito a ver com essa discussão que aqui está posta. Uma, que eu chamo de uma visão moderna, onde se leva em consideração inicialmente o fato de nós sermos diferentes de tudo aquilo que nos cerca.

Nós, homens, somos seres dotados de razão e de vontade. E por sermos dotados desses dois atributos, nós somos capazes de intervir, nós somos capazes de modificar aquilo que nos cerca de acordo com o nosso desejo e a nossa razão. Vontade e razão, dois atributos centrais da condição humana. Em qualquer intervenção, qualquer ação humana que se considere como uma intervenção – e qualquer ação humana é uma intervenção – está submetida a um triângulo indissolúvel, indissociável e que liga o que fazer a como fazer e com que meios fazer. O determinante nisso sempre é o que fazer. O fundamental, quando se estabelece qualquer intervenção, é o que fazer. Isso nós conhecemos como política. O que fazer é a política, o como fazer é a estratégia e o com que meios fazer é o poder. Então, qualquer ação humana, qualquer intervenção está submetida e esse triângulo indissolúvel.

É importante entender isso porque o planejamento nada mais é do que o rebatimento desse triângulo consensuado. Ou seja, o conjunto de seres racionais estrutura uma vontade comum e uma razão comum e, com essa vontade comum e essa razão comum, responde primeiro, ao que fazer; depois, como fazer; e, depois, com que meios fazer. Isto é planejar. Planejar é responder o triângulo indissociável, o triângulo indissolúvel que eu tinha colocado antes.

Mas essa é uma visão moderna na questão do planejamento ou da estratégia ou da política ou até do poder. Mas há uma visão filosófica quanto à questão da estratégia. Como eu disse a vocês, tem uma visão histórica, uma visão moderna e uma visão filosófica.

Vocês sabem que nós, para sobrevivermos, desde que somos colocados no mundo temos que cooptar a natureza. Sem cooptar a natureza não era possível o homem sobreviver. Ele necessita respirar, ele necessita comer, ele necessita beber, ele necessita cooptar a natureza. E para fazê-lo, o homem faz mediações. Ele media com a natureza e, ao mediar com a natureza, ele a coopta. Inicialmente, essa mediação era feita pela interação física do seu corpo com a natureza. Uma interação física dos animais que ele havia domesticado, as bestas, com a natureza. Ele fazia o que se chamava de trabalho. O homem, ao trabalhar, media a natureza. Até o século XVI era assim. Até que alguém – Descartes - mostrou que era possível dar à natureza uma interpretação numérica razoavelmente satisfatória. E ao fazê-lo mostrou que era possível cooptar a natureza pelo entendimento das relações entre fatos e princípios estabelecidos na natureza, interpretação matemática disto ou numérica disto.

Quando o homem foi capaz de fazer isso, o homem foi capaz de mudar ou de atribuir outra forma de cooptação ao trabalho. O homem foi capaz de fazer ciência, foi capaz de usar a própria natureza para cooptar a natureza. Mas o homem não parou aí. O homem foi capaz de anexar a essas duas formas de cooptação – o trabalho e a ciência – outra forma, que é a informação, que nada mais é do que o trabalho morto, o trabalho de outros postos nas máquinas e, mais recentemente, posto nos bits ou nas informações binárias. É possível o homem cooptar a natureza além do trabalho, além da interação física, pela ciência e pela informação. Isso é muito relevante porque nós precisamos colocar dentro desse contexto da cooptação da natureza a idéia de que nós somos capazes de mudar tudo que nos cerca, desde que nós apliquemos nossa vontade e a nossa razão.

A questão do planejamento, como nós imaginamos hoje, tem sua origem na idéia de que nós podemos estruturar processos para resolver os problemas que nos são apresentados. Quem também primeiro elaborou sobre isso, de uma forma estruturada filosoficamente, foi Descartes, no chamado “Discurso do Método”. Dizia ele lá: são quatro os princípios centrais pelos quais nós podemos resolver qualquer problema. O primeiro deles é o seguinte: duvide de tudo, só aceite aquilo que está presente ao seu espírito como verdade absoluta, primeira regra do Descartes. Depois, você pegue um problema e divida ele em tantas partes quanto for possível, segunda regra do Descartes. Terceira regra: comece resolvendo essas partes pelas mais fáceis, só depois suba às mais complexas. E a quarta regra: tenha certeza de ter feito uma avaliação tão ampla e enunciações tão gerais, que você nada esqueceu, nada olvidou, nada deixou para trás.

Se você segue este método, chamado de “método cartesiano” ou “planejamento cartesiano”, você é capaz de resolver qualquer problema. Então, a questão do planejamento é uma questão que está posta há muito tempo e teve um método inicial que foi se elaborando ao longo do tempo. Não é aqui o espaço para dar uma aula completa sobre a questão do planejamento. Eu tenho que me preocupar com as estratégias de desenvolvimento. O que vem a ser o planejamento nacional? Que é uma questão que eu acho que deve ser colocada aqui também. O planejamento nacional nada mais é do que o rebatimento do triângulo no plano nacional. Você tem que ter uma política nacional, que nós conhecemos como projeto nacional. Quer dizer, essa política nacional ou projeto nacional responde ao que fazer. Aí eu gostaria de fazer uma pequena digressão para vocês sobre isto.

Bom, meus amigos, se olharmos a história da civilização, eu diria a vocês o seguinte: duas são as regras centrais que comandam o processo civilizatório. E que regras são essas? Toda periferia quer ser centro, seja no plano geral, seja no plano individual. Em qualquer plano esta regra está presente. Toda periferia busca ser centro. E a outra é: toda barbárie busca ser culta. Existem centros bárbaros. Aliás, todo centro começa bárbaro. Eu posso resumir isso

com um pequeno discurso aqui para vocês. Pérsia era o centro, Grécia era periferia, Pérsia era culta, Grécia era bárbara. Veio o tempo. Roma era periferia, Grécia era o centro. Roma era bárbara, Grécia era culta. Veio o tempo e o tempo veio vindo. Um dia a Península Ibérica foi o centro, a Península Ibérica foi culta. A Inglaterra era periferia, a Inglaterra era bárbara, mas a Inglaterra foi centro e a Inglaterra foi culta.

América era periferia, América era bárbara. Aliás, os filmes de faroeste mostram isso: a América bárbara. Os ingleses viam a América como uma barbárie, mas o que acontece é que o tempo sempre vem. Porque o centro é um castelo sitiado. É preciso entender isso. Todo centro é um castelo sitiado. Por quê? Porque o sonho do centro é muito limitado. O sonho da periferia é muito mais amplo porque a periferia sempre sonha ser centro. Isso é muito mais forte do que qualquer sonho de centro. Então todo centro tende a cair. Qualquer estrategista do centro, o que ele imagina é prolongar o tempo do centro. Ele não imagina nada, além disso. Eu poderia engatinhar, entender esse raciocínio dizendo a vocês o seguinte: todas as periferias sonham em ser centro, mas nem todas são. Nem todas conseguem ser porque é um processo similar, como a fecundação.

Milhares de espermatozoides buscam o óvulo, mas só o mais competente, o mais forte consegue efetivamente atingi-lo. A mesma coisa acontece com as periferias. E para poder, hoje, se estabelecer como centro, uma periferia tem que ter um Estado e tem que ter um projeto. Eu vou falar um pouquinho sobre Estado também porque é uma coisa importante para vocês guardarem. O Estado é uma criatura do século XIV, XV e XVI. Surge do rompimento do sonho da cristandade medieval. O Estado surge do rompimento de um discurso da cristandade medieval. O Estado se coloca. O antigo Estado Nacional se coloca no momento em que o rei traz para si o monopólio do uso da força, retira dos feudos e diz: “só eu posso ter a força”. Quando ele diz: “aonde tiver um disco de metal com a minha face, aí está a moeda e ali está o meu Estado”. Quando ele estrutura isso, ele constitui o que se chama de um Estado Nacional.

O moderno Estado nacional já é o resultado de um outro processo, que anexa nesse discurso da moeda e do monopólio do uso legítimo das Forças Armadas uma outra conceituação decorrente da Revolução Francesa. Porque até aquele momento o projeto daquele Estado era o projeto da casa reinante, da dinastia. Com a revolução, isso muda. Com a revolução, não existe mais o projeto do rei. Existe o projeto da cidadania, como os franceses diziam. Nós temos que criar um processo novo, o povo francês tem que assumir o poder. A idéia de igualdade, fraternidade, etc. estava posta dentro desse discurso. Além de ter uma moeda comum, uma força armada comum, tem que ter uma vontade nacional comum e um projeto comum. Cada cidadão tem que ver no projeto do seu Estado o seu próprio projeto, porque senão o Estado não está legitimado. E o Estado também pode ser visto como resultado dos pactos silenciosos que foram ocorrendo ao longo do tempo e nos levaram a essa vida de convivência civilizada, apoiada por um discurso comum, que é uma constituição. É um pacto. Estado é pacto ou é sucessão de pactos.

Eu gostaria de aproveitar para falar com vocês sobre as duas visões que ontem o Lessa passou aqui também falando, que comandam, em grandes linhas, a grande discussão ideológica que vem desde o século XVII e XVIII. Como o Lessa havia colocado ontem, os ingleses atingem o centro, criam a Revolução Industrial e criam a chamada economia política, com Adam Smith e depois com Ricardo, onde eles defendem a idéia das vantagens cooperativas e onde eles defendem a idéia de ter a Inglaterra, que era um país industrial que tinha todas as vantagens para sê-lo. Os outros que se cuidassem de fornecer matérias-primas e alimentos para a Inglaterra, porque a questão da indústria dos outros estava resolvida pela Inglaterra. Evidentemente que a Inglaterra estava com uma vantagem tremenda porque, não se esqueçam do fato de que, na indústria as inovações ocorrem muito mais rápido do que qualquer outra atividade. As inovações são a mola da acumulação e a acumulação é a base sobre o qual se estrutura o sistema capitalista.

Estavam ali, as indústrias inglesas muito bem colocadas sobre esse discurso. Evidente que todos contestaram. Os americanos, com o

Hamilton, como ele colocou ontem, com o Jefferson, os alemães, com o [Inaudível], e etc. Por quê? Porque por trás da idéia do Adam Smith, que era um teólogo, ele dizia o seguinte: existem regras de justiça e de moral que estão presentes em cada ser humano desde que ele nasce e essas regras de justiça e de moral estabelece o que é melhor para cada um e não pode haver nenhuma outra soberania, além da soberania individual, que estabeleça o que é bom para todo mundo. Na verdade, dizia ele, existe uma mão invisível. Se cada um for o mais egoísta possível, se cada um cuidar dos seus interesses da melhor forma, existe uma mão invisível que tudo estrutura e tudo organiza. E tudo funciona da melhor forma possível. Não temos que nos opor a isso. Não podemos deixar que ninguém tente estruturar isso. Isto leva à idéia do mercado.

Mas os que contrariaram isso, os que contestaram isso disseram: “não, meus amigos, cuidado. Não é bem assim. Nós somos seres dotados de vontades e de razão. Nós podemos estruturar os processos. Nós podemos criar o mercado, nós podemos racionalizar o uso dos fatores, nós podemos planejar. Nós podemos estruturar o nosso futuro, nós podemos intervir, nós somos capazes de fazer isso individualmente ou coletivamente”. E esses criaram a idéia da economia nacional. Estratégias de desenvolvimento só têm sentido nesta visão. Na visão da economia clássica ou neoliberal ou liberal, não faz sentido falar em planejamento. Porque planejamento pressupõe ação coletiva, pressupõe uma visão coletiva de ação. Planejamento, como nós estruturamos planejamento de desenvolvimento, envolve obrigatoriamente aceitar a idéia de que nós somos capazes de intervir.

Desenvolvimento, que é uma palavra que tiraram do nosso cotidiano, porque quando eu era garoto havia um consenso no Brasil, independente da corrente política, que era a palavra desenvolvimento. Isso era um consenso no Brasil. Isso eu estou falando há 40, 50 anos atrás. Eu quero que vocês me respondam onde vocês vêem o termo desenvolvimento nos jornais hoje. É muito difícil. Está começando a voltar. O Brasil está voltando a pensar em ter um projeto nacional. Porque o Brasil teve um projeto nacional, nunca explicitado, mas teve na chamada Era Vargas. E que

projeto era esse? O Brasil, quando assume a Revolução de 30, era uma fazenda decadente de café. Era isso que era o Brasil, uma grande fazenda decadente de café. E a Crise de 30 tornou-se uma crise gravíssima no Brasil, porque todos vocês sabem que o café é uma especiaria pós-sobremesa, não é uma coisa necessária.

O Brasil foi obrigado a estruturar-se para enfrentar a Crise de 29 e a Revolução de 30 é o resultado disso. Essa revolução de 30 traz, por trás de si, um tripé que vive durante 50 anos – entre 30 e 80 – com Vargas, sem Vargas, na época Juscelino, e contra Vargas, depois do Golpe de 64. Mas era o mesmo projeto. Era industrialização, porque a indústria é o motor do desenvolvimento; o coronário da industrialização, que era a urbanização. O Brasil era um país rural e a assistência social na cidade é muito mais barato do que no campo. E integração do território nacional, o Brasil era um arquipélago antes de 30. Uma pessoa, para vir de Belém, tinha que pegar um ita, um navio, porque não tinha nenhuma condição de vir por dentro do país. Não havia integração. O Brasil era um arquipélago e esse projeto, durante 50 anos, foi um projeto exitoso do ponto de vista do crescimento econômico.

Eu não estou falando do ponto de vista de distribuição de renda. Ajudou, mas não resolveu. O Brasil foi o país que mais cresceu no mundo entre 1930 e 1980. E nós perdemos isso. Voltamos ao velho discurso liberal da República Velha, das oligarquias paulistas. Voltamos ao velho discurso das oligarquias paulistas. Eu acho que nós temos que voltar a pensar em ter um projeto nacional. E esse projeto nacional tem duas vertentes. A vertente externa nunca se explicitou. Ela está se explicitando hoje. Eu digo a vocês que o Brasil tem um projeto nacional no plano externo e esse projeto nacional está sendo exitoso, o que está incomodando muita gente e está sendo muito criticado, em especial pelas oligarquias paulistas, que vêem isso como um problema.

O Brasil ter um projeto é um problema. Eles acham muito melhor que eles representem o projeto dos outros. Eu não estou falando sobre todos os paulistas, eu estou falando sobre uma parcela expressiva da oligarquia paulista. Eu quero que vocês entendam o

seguinte: se nós quisermos efetivamente melhorarmos as condições de um povo e sermos centro, nós temos que ter planejamento e ter um projeto nacional. E isso passa necessariamente pela idéia de que nós somos capazes, que nós somos seres racionais e seres dotados de vontades e que nós temos a possibilidade de mudar aquilo que nos cerca. Muito obrigado.

Senhor Ayrton Galiciani Martinello: Obrigado, doutor Darc. Só lembrando que as perguntas devem ser encaminhadas aqui para a mesa para que, depois da fala do Ariel, a gente possa dar início à parte de debates. Passo agora ao doutor Ariel.

Senhor Ariel Pares: É muito difícil, depois de um discurso importante que o professor Darc manifestou aqui, tentar, de certo modo, fazer até o que me cabe de debater, porque eu concordo plenamente com tudo o que o professor Darc comentou. O que eu vou tentar é talvez adicionar alguns elementos a mais, correndo o risco do professor Darc dizer “mas não eram esses o a mais, eu teria outros”. Mas eu vou fazê-lo porque me parece que tenho que cumprir uma tarefa que é importante em um debate, que é o de colocar elementos constitutivos de um processo complexo, que é um projeto nacional de desenvolvimento e planejamento que lhe cabe. A primeira questão. Eu me reporto ao nosso trabalho no Ministério do Planejamento porque eu também sou parte nesse processo. Em 2003 houve um debate importante, que era: qual é o projeto de desenvolvimento que nós vamos começar a construir.

Se vocês repararem, no plano 2004/2007 tem algo que passou relativamente despercebido, no debate na época. Porque o centro das preocupações era a estabilização, fruto daquele período 2002/2003 conturbado, em que passamos de um projeto a outro e havia uma incerteza quanto ao futuro do Brasil. Este projeto passou relativamente despercebido, mas está lá, consignado, que era o projeto de desenvolvimento baseado no consumo de massas. O Ricardo Belchior que eu vou fazer aqui não é uma menção, porque é uma homenagem ao Ricardo que ajudou profundamente a estruturar o que, no ambiente de governo, se dividia: aqueles que estavam profundamente preocupados em estabilizar a economia, que corria riscos, e aqueles que estavam necessariamente compromissados com

o futuro do Brasil. Aí vem a decisão de se tomar um daqueles inúmeros projetos que gravitavam na sociedade brasileira.

Havia cinco, dizia-se, na época. Três de tipo desenvolvimentista, um tipicamente neoliberal, que se denominava reformista, era preciso fazer as reformas, reforma tributária, reforma trabalhista, a reforma política, aquilo que implicava a questão federativa, enfim, as micro reformas. Levantavam muito a questão das micro reformas. Todas elas voltadas para fazer com que a sociedade caminhasse livremente e o Estado se visse desafogado dessa preocupação. Este era o que nós chamamos de projeto reformista, muito seguindo a escalada do governo anterior. Havia um segundo projeto, que era o projeto: deixar, o Estado, que a sociedade caminhe por suas próprias pernas e o Estado tem que cuidar daquilo que o mercado não quer. Então, como somos um país pobre e desigual, é preciso garantir que o Estado se ocupe disso. É o que nós chamamos de redistributivos de renda. Havia várias vertentes.

Dentro do desenvolvimento havia pessoas que pensavam na redistribuição de renda como o centro do problema e havia também, entre os neoliberais, pessoas que pensavam na distribuição de renda como uma função exclusiva de Estado. Aí concentravam as funções de Estado na busca da redução da desigualdade que o mercado não pudesse fazê-lo, uma vez que a sociedade já estaria desatrelada pelas reformas dos problemas que o atravancavam. Havia três desenvolvimentistas. Uma é o de consumo de massa, que é a tradição sertanina, que é a tradição social-democrata dos países europeus, etc., baseada em aumento de produtividade, consumo de massa. Enfim, um regime fordista, só que renovado e modernizado, porque o mundo havia mudado.

Há aquelas que trabalhavam a inovação e a competição, competitividade. Percebiam que a questão do conhecimento, da inovação industrial era central e buscavam isso muito baseado nas experiências asiáticas, coreanas, taiwanesas. E havia uma terceira que buscava, de certa maneira, voltar a repensar a questão do território. Se vocês examinarem essas três, elas respondem à tríade que estava prevista no projeto que foi vigoroso e teve êxito durante mais de 50

anos. É isso que estava, só que renovado. O projeto de consumo de massa, de certo modo, procurou ser um guarda-chuva dessas outras duas e resolvia em alguma medida o que as outras duas estavam prevendo. Ou seja, incorporava a inovação e a competitividade e incorporava também a dimensão territorial.

Mas o que aconteceu é que nós fizemos um projeto híbrido e vivemos o drama de uma contradição de um projeto híbrido. É que, de um lado, o Estado continua a ser um Estado que precisa das reformas de um ponto de vista macroeconômico, porque ainda carrega inclusive essa presunção importante de que a regulação macroeconômica se faz em uma base onde há uma predominância da política monetária, política financeira. E, do outro, o projeto de desenvolvimento baseado no consumo de massas. Se for o caso, a gente discute essas duas questões. Eu não vou entrar muito porque o tempo é curto e vocês provavelmente queiram fazer perguntas ao professor Darc. Mas o que está em questão hoje e o que está em questão na frente é justamente o romper o nó dessa contradição. Como fazer com que a política monetária não atravanque com o projeto de desenvolvimento de massa?

Não é uma solução simples. Se fosse simples já teria sido posta em marcha. Não é uma solução racional. Se fosse racional também haveria sido posta em marcha, porque teríamos convencido a todos. Seríamos unânimes quanto a real necessidade de mudar. É que isso não é complexo e exige uma posição política, porque existem apostas de que podemos fazer diferente. É aí onde reside, digamos assim, a força do coletivo de uma sociedade, a sua convicção de uma ética da transformação e evidentemente líderes políticos capazes de carregar essa bandeira. Aí eu comentaria que, deste ponto de vista, nós temos uma contradição, mas temos também uma tarefa e temos uma leitura com a crise de 2008. A crise de 2008 trouxe algumas novidades importantes. Eu vou querer fazer esse percurso rápido e terminamos.

O que nos trouxe essa contradição, o que nos trouxe essa tarefa de romper essa contradição e o que nos trouxe a crise de 2008? Se nós examinarmos o que está em jogo no projeto de desenvolvimento do

consumo de massa. É um projeto que, de certa maneira, redime aquilo que o Celso Furtado e o Rolf Erdmann levaram à frente para construir aquele projeto do Vargas, que era um projeto baseado em um consumo de massa do mercado interno, baseado em uma industrialização. Isso foi possível porque Erdmann e o Celso Furtado, examinando a crise do capitalismo – início do século XX – e a Crise de 30, perceberam que algumas coisas haviam mudado. Primeiro, a necessidade de um mercado fulgente capitalista precisar de uma parte social. A social democracia deu a resposta com o Alfran Street. É o sistema de seguridade social que todos conhecemos, a chamada cobertura social.

Essa está em questão hoje. Essa tem que ser equacionada porque está em crise nos países do Norte e, no sistema dos países do Sul, o desenvolvimento não é necessariamente uma solução automática para dar essa parte social, essa cobertura, essa promoção social, porque temos um legado de uma dívida enorme do ponto de vista das desigualdades e da pobreza. Então, esta aqui eu queria dizer que é uma questão central não equacionada, embora no governo atual do Brasil, mesmo na China, na Índia e países que, enfim, estão tentando fazer uma virada com um projeto mais heterodóxico, mais próprio e mais original, essa questão esteja ainda em construção. Eu queria focar e jogar luz e esqueço aqui. Bota de reserva, como quem faz uma comida. Isso é uma questão que ainda não tem uma solução. Em compensação, o modelo de desenvolvimento de consumo de massa está em marcha e eu acho que o que está em questão agora é a crise de 2008, que é talvez uma crise muito similar àquela crise que ocorreu no início do século XX.

Desloca-se o capitalismo da Inglaterra para os Estados Unidos, cria-se um mercado fordista, um sistema fordista, cria-se um sistema de compensação e de pacto social, pactada através do Estado interventor, que garante que o mercado. Uma sociedade que garante, pelo Estado interventor, o que o mercado não consegue. Isto hoje está em questão. Eu quero dizer que 2008 desloca o eixo provavelmente para os países asiáticos, em particular a China. Temos um país em desenvolvimento que provavelmente deva ser a maior economia do mundo nos próximos anos, porém é muito diferente dos Estados Unidos. É um país pobre. É um país com

grandes dificuldades. Aqui se coloca a questão central. Não disse isso de graça. É porque este país está resolvendo o problema da pobreza e da desigualdade de um modo distinto que foi feito no período do século XX e que, de certa maneira, foi a saída que [inaudível] e Celso Furtado levantaram.

Na época era preciso gerar renda para poder comprar o que a classe média e alta comprava, com uma indústria que só era feita para essas classes. Esse era o projeto da esquerda: distribuir para poder atingir uma indústria mais pujante, porque essas indústrias aqui tinham sido feitas no século XX para a classe média e a classe alta. Então os pobres não tinham acesso. Tinha duas indústrias: indústria para pobre e indústria para rico. Como a indústria para pobre era intensiva em mão-de-obra e barata, não era o que queríamos. Queríamos a indústria de ponta. Hoje queremos a indústria de ponta. Não queremos sair com um projeto como era, uma grande fazenda e uma grande empresa pagando baixos salários. Não é esse o Brasil que queremos. Queremos um Brasil industrializado, com uma agroindústria extremamente pujante, avançada e liderando, se possível, no plano internacional, o que é possível com o que o Brasil tem de patrimônio natural e de força tecnológica e do seu povo. Mas, ao mesmo tempo, o que se percebe com a China é que ela está tentando equacionar com uma forma muito distinta do que se tentou equacionar no século XX com a redistribuição de renda.

O que ela faz? Desenvolvimento tecnológico profundamente avançado junto com mão-de-obra barata crescendo paulatinamente na sua produtividade e na sua capacidade de ganhar salários, fazendo com que preços baixos de produtos altamente tecnológicos possam servir para uma massa de 1,3 bilhões de habitantes. É um pouco da tese, que eu vejo importante. Não que eu comungue necessariamente de tudo que diz o Antônio Barros de Castro, mas eu acho que ele tem grande força. Grande força no ponto de vista da reflexão que devemos fazer para tentar aperfeiçoar o modelo de consumo de massa que começamos a introduzir no período de 2003. Essa é a primeira questão. A segunda questão que eu acho que a crise nos revela é que vivemos em um mundo cujo crescimento deverá definitivamente ser o seguinte. Não sabemos exatamente como será a nova dinâmica pós-crise, mas temos noção de que a

questão do meio ambiente vai profundamente nos marcar do ponto de vista de um novo padrão de produção e consumo.

Precisa-se perceber o modelo de consumo de massa; o equacionamento da seguridade social, a questão da proteção social, que ainda insisto: é uma coisa que está suspensa; e a questão de um modelo de desenvolvimento que responda às demandas que vêm pela frente, do ponto de vista disso que a China nos apresenta como uma solução pós-crise. Isso que é o meio ambiente como um elemento central da formatação de um novo padrão de produção e consumo. Eu acredito que nós deveríamos introduzir no projeto de consumo de massa, que eu insisto: eu acho que é um bom projeto, que resolve uma série de elementos e nos coloca em uma espécie bipolar. Não temos cinco, nós temos dois projetos: um que leva em consideração os quatro anteriores e o outro, que é um projeto reformista do tipo neoliberal. Este que eu me refiro tem que pensar as grandes questões que estão colocadas a futuro.

E aqui eu queria comentar que é preciso que o projeto de desenvolvimento seja capaz de colocar ao lado um sistema de planejamento que incorpore uma dimensão que não estava colocada até agora, que é como se pensar o planejamento no curto, no médio e no longo prazo. Fomos capazes de integrar plano e orçamento e pensar no planejamento de curto prazo. O de médio prazo, eu acho que ainda tem muita coisa por ser feita nessa modelagem. Há coisas que não funcionam e é preciso melhorar, mas o que eu queria comentar é mais importante e, digamos, mais próximo do que queremos aqui: é preciso incorporar o planejamento de longo prazo e trazer para dentro da discussão do modelo de desenvolvimento a visão de futuro, porque somos prisioneiros da urgência, porque somos prisioneiros do que fazer agora.

Se não olharmos o futuro que está sendo marcado, delimitado por essas macro tendências, no qual a nossa governabilidade é muito pequena, nós estamos fardados a estarmos fazendo a construção do curto e médio prazo no improviso do longo prazo. Por isso que trazer o futuro é uma janela de oportunidade para pensar grandes transformações. Períodos grandes nos permitem pensar grandes transformações e essas grandes transformações têm que estar

presentes nas decisões tomadas no presente, no curto e no médio prazo. Essa é uma perna faltante. Eu acho que a Secretaria de Assuntos Estratégicos em alguma medida procura, de certo modo, pensar. Não só a secretaria, o Núcleo de Assuntos Estratégicos pensou nisso, o próprio Planejamento, em alguma medida, fez estudos de planejamento de longo prazo buscando alguma interação. Mas eu queria dizer que esta é uma peça faltante nos instrumentos de planejamento e que precisaria ser formatada e, digamos, legitimada.

A outra e última, e termino aqui, é que no nosso país, no regime aberto de globalização, a tendência dos territórios é se esgarçar, é olhar para fora em vez de olhar para dentro. Ou então a integração, que o Vargas, no período Vargas, o Kubitschek e o período da ditadura se interessaram muito por integração nacional e a dimensão territorial. Ganha contornos dramáticos. É muito importante a dimensão territorial ganhar força. Eu acho que é um elemento que ficou um pouco suspenso nesse governo. Ou seja, a questão regional. A desigualdade regional, embora comece a ser mitigada pelos esforços do PAC e pelos investimentos, está longe de ser equacionada como elemento central de um projeto de desenvolvimento, que também ganha contornos diferentes, assim como o projeto de consumo de massa ganhou contornos modernos em relação aquilo que o Celso Furtado e o [inaudível] pensaram no século XX.

É uma questão federativa no campo do planejamento, no campo do instrumento. É a resposta a este problema da dimensão territorial que nós precisamos equacionar. Eram esses os elementos que me parecem centrais do ponto de vista do que eu poderia oferecer, adicionais ao que evidentemente o professor Darc, com muita propriedade, comentou, fazendo essa enorme ponte entre os princípios, a história e o que nos reserva o futuro. Muito obrigado.

Senhor Ayrton Galiciani Martinello: Obrigado, Ariel. Vou passar para o professor Darc agora, para uma intervenção de cinco minutos.

Senhor Darc Costa: Eu concordo praticamente com quase tudo que o Ariel colocou, mas para não ficar em uma espécie de *salamalec*, eu gostaria de colocar algumas ponderações quanto ao que ele colocou no final. Quer dizer, a idéia de nós termos ou não um projeto de integração de território e tal. Quando eu fui coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra durante um período, nós debatemos a estratégia nacional do Brasil. Lembra-se, projeto nacional – estratégia nacional, poder nacional. Precisávamos discutir o projeto. Qual era o projeto? É preciso entender o seguinte: quando se faz planejamento nacional, seguem-se as mesmas regras de um planejamento regional. São fatores fundamentais para se estudar uma determinada região.

Primeiro, por questão geográfica. Que espaço é aquele aonde ele se coloca? Quais são as relações que ele tem? Aquele espaço sempre tem relações com outros espaços. Está articulado com outros espaços. Então a questão é geográfica. Dois, a questão histórica. Como aquele espaço se formou? Qual é a história que está por trás daquele espaço? Terceira questão: aspectos econômicos. Que recursos, que potencial tem aquele espaço, capaz de ser transformado em poder? É um dos recursos. E a última característica, que é a questão antropológica. Quem habita aquele espaço? Quem é aquele povo? Qual é aquela cultura? Qual é a maneira que as pessoas vêem o mundo? Esses quatro fatores tinham que ser respondidos para se estabelecer o que fazer com respeito ao espaço nacional chamado Brasil.

Primeira coisa, nós somos América portuguesa. Isso sem dúvida. Nós somos América portuguesa. Essa é uma questão fácil de ser respondida. Historicamente somos América portuguesa, posta em um espaço novo, há 600 anos, onde um contencioso se colocava de forma clara, que era o contencioso que opunha a América anglo-saxônica e América hispânica. Nós sempre fomos um terceiro interessado nesse processo. Essa é a primeira questão histórica. Questão geográfica: nós ocupamos mais de 50% de um subcontinente de um continente, que é a América do Sul. Continente esse apartado das rotas centrais do comércio mundial. Nós estamos fora das rotas do comércio mundial. Isso é uma coisa clara. Nós, aqui, para sermos competitivos, temos que deslocar

nossas cargas para as rotas centrais e temos que ser mais competitivos ainda para pagar o custo do deslocamento. Um grande desafio. O mesmo desafio que a Península Ibérica tinha no século XV.

A Península Ibérica estava afastada das rotas centrais do comércio mundial. Respondeu a isso com os descobrimentos. Mesmo desafio dos Estados Unidos, que estava completamente apartado das rotas centrais do comércio mundial. Respondeu a isso com os clipers, com as cinco ferrovias transcontinentais e com o canal do Panamá. Há como responder. Professor Tony Bineano, desafio e resposta. Então, estava na América do Sul, geograficamente apartados. Economicamente um território praticamente virgem, se comparado com o território europeu, com grande parte da Ásia e com a própria América do Norte. Hoje, o continente sul-americano é um continente razoavelmente virgem. Mas o grande atributo do Brasil não era incorporado na estratégia nacional do Brasil até aquela época. Estava apoiada nas teses do Golbery, que era mais ou menos geográfica e histórica.

O grande atributo do Brasil é o seu povo, porque o povo é dotado de umas características fundamentais para se construir um projeto de inserção internacional. É um povo mestiço, sincrético, antropofágico e outras qualidades, mas antes de tudo tolerante, profundamente tolerante. Tolerante com o inusitado, com o imprevisto, com o inimaginado. O povo brasileiro tem uma tolerância imensa. Essa tolerância é um atributo fundamental para se poder construir a grande estratégia nacional. Porque, na verdade, nós somos o Ocidente profundo e bárbaro, mais bárbaro do Ocidente, e capaz de construir a mundialização, que é o grande sonho da filosofia ocidental. É a construção de uma única pátria humana. Nós somos capazes disso porque nós somos tolerantes. A nossa estratégia era ampla. Tínhamos que ter uma estratégia ampla e estruturada

A primeira parte dessa estratégia passa pelo aproveitamento da continentalidade do Brasil e de sua maritimidade. Continentalidade é levar a mundialização para a América do Sul e maritimidade é primeiro levar a mundialização para a Costa Ocidental da África.

Meus amigos, essa idéia de que nós não estamos pensando a questão da integração, eu tenho uma certa discordância com o Ariel. Porque nós estamos pensando além da idéia da federação, nós estamos pensando na integração da América do Sul, coisa que nós temos feito com razoável êxito e com muita contestação daqueles que não se interessam por isso. Eu agora estou presidindo a Federação das Câmeras de Comércio da América do Sul e posso dizer a vocês que, no próximo ano, a América do Sul será a área de maior comércio com o Brasil. Passará a Europa por causa da crise européia. Hoje a América do Sul já é a segunda. Estados Unidos, China e pega uma região chamada Europa e pega uma região chamada América do Sul, que eu chamo mega estados em formação. Então, nesse espaço – América do Sul – passa, a partir do ano que vem, a ser a maior relação comercial que o Brasil terá.

Eu quero dizer a vocês que existe, apesar de não ser tão explicitado. Eu acho que deveria ser mais explicitado, porque cada cidadão tem que ter o voto, no estado, do seu próprio projeto. O Brasil tem um projeto de inserção internacional, externo. E tem um projeto interno também, como ele colocou, de massificação. Tem um projeto interno de massificação. Mas isso quem conduz são vocês. Vocês é que têm que conduzir isso. É a burocracia de Estado que formata o projeto nacional, não é a classe política. Porque classe política governa, mas quem estrutura o Estado é a burocracia de Estado. E há uma diferença entre governar e conduzir um Estado. Conduzir um Estado exige continuidade, exige visão de longo prazo e exige planejamento. Era isso que eu tinha a dizer a vocês. Muito obrigado.

Senhor Ayrton Galiciani Martinello: Obrigado, professor Darc. Eu vou passar aqui às perguntas. Tenho três perguntas aqui, lembrando que quem quiser mande para a gente que a gente tem um tempinho ainda. As duas primeiras eu vou tentar unir aqui, que é do Cilair e do Antônio. É um assunto em relação à burocracia. O projeto nacional de desenvolvimento, qual o espaço da atuação técnica e política? Como coordenar a necessidade da aceitabilidade política e a viabilidade técnica? E a pergunta é: oposição ou complementar? O Antônio coloca aqui: desenvolvimento parece uma coisa proibida. Para fazê-lo, falta conhecimento ou vontade? A terceira pergunta é da Marta. Eu vou resumir aqui, Marta. Se não

estiver de acordo, você, por favor, se manifeste. Como incorporar, no planejamento de longo prazo, um mecanismo ou um instrumento que seja suficiente para evitar o aprofundamento da degradação ambiental hoje? Eu acho que é o cooptar da natureza sem destruí-la. São essas três perguntas que eu coloco para o nosso debatedor, para o nosso palestrante. Quem quiser fazer mais perguntas, por favor, fique à vontade.

Senhor Darc Costa: A questão da ação, da burocracia de Estado, eu coloquei de forma clara ao final da minha última intervenção. A burocracia de Estado é a responsável pelo planejamento de longo prazo do Estado. Não esperem que a classe política faça isso. A classe política não tem condição de fazer isso. Quem deveria talvez fazer isso seriam os partidos políticos em estados, pelas classes políticas. Mas vocês sabem o que são partidos políticos no Brasil. Eu não preciso perder muito tempo sobre isso. Agora cabe a vocês, porque, afinal de contas, eles precisam de idéias e quem tem as idéias são vocês. Vocês vivem com as coisas. Eles vivem com os eleitores, não vivem com o planejamento. Eles vivem com a necessidade de serem reeleitos. É uma outra coisa.

A questão do meio ambiente. Essa questão é uma questão importante, mas ela não deve ser a questão central sobre a qual nós devemos pensar permanentemente. A questão central que nós devemos pensar permanentemente é o desenvolvimento. Esta é a questão central sobre a qual nós devíamos estar preocupados permanentemente. Porque a questão do meio ambiente, por mais interessante que seja, mais agradável que seja e mais politicamente correta que seja, está sempre submetida a uma outra questão, que é a questão da pobreza, da miséria, da falta de recursos, da incapacidade humana. Porque é a questão do homem ou a natureza. Há aqueles que acham que isso é a questão central que nos persegue desde o momento que nós fomos obrigados a pensar e que a gente não coloca normalmente.

Os gregos. A primeira pergunta que eles fizeram quando tiveram tempo hábil para pensar foi: Qual é a origem das coisas? O arque, a palavra arquete provém daí. A origem das coisas. Onde está a

origem das coisas? Está na maneira do homem pensar e estruturar as coisas ou está posta na natureza? Aonde está a origem das coisas? Essa resposta não foi dada até hoje, por isso nós podemos continuar filosofando, mas ali no início foi respondida. A origem das coisas está no absoluto. Está aí posta no absoluto. Aí se transferia a questão para uma visão religiosa e o problema parecia que estava resolvido, mas a questão continua. Quem é que efetivamente conduz o processo? Somos nós ou a natureza? Alguns filósofos diziam: bom, o homem é a natureza que pensa. Então, é a natureza, etc, etc.

Mas o que é importante entender é o seguinte: se nós somos ou não somos capazes de fazer as coisas acontecerem. Porque eu não posso cair em uma visão malthusiana da incapacidade humana, da idéia de que nós vamos descobrir o mundo e o mundo vai nos subjugar depois de ser destruído. Não acredito nisso. Eu acredito na nossa capacidade de transformar as coisas e de vencer os desafios que nos são colocados. Eu acho que a questão do meio ambiente é uma questão de desafio. Eu não vou sair destruindo a natureza, mas eu não vou deixar de fazer um bom projeto para atender um sapo-boi. Desculpem, o sapo-boi que cuide da vida dele, eu vou cuidar do bom projeto. Essa é a minha opinião sobre essa questão. Eu sei que isso não é politicamente correto, mas eu não estou interessado em ser politicamente correto. Eu estou interessado em ser aquilo que eu penso e é por isso que eu estou dando essa minha opinião para vocês. Muito obrigado.

Senhor Ayrton Galiciani Martinello: Obrigado, professor. Ariel.

Senhor Ariel Pares: Vou comentar uma coisa aqui. Eu tenho a impressão, com relação à questão de ser técnico ou não, de que a questão que me parece central é que é preciso dar à burocracia o papel que ela tem e tirar o que ela não tem. Eu vou explicar o que eu quero dizer com isso. Se nós, a burocracia do Estado, devemos e queremos conduzir um planejamento de médio e longo prazo, a despeito inclusive do ciclo de governos, é preciso que essa burocracia tenha pelo menos duas características. A primeira delas é

saber escutar e sintetizar aquilo que os partidos e a sociedade espera e deseja. Um plano é um pouco a expectativa de uma sociedade.

Não sei se nós estamos totalmente instrumentalizados e preparados enquanto burocracia para traduzir isto efetivamente. Por isso que não é simplesmente uma técnica de indivíduos ou de capacitação. Isso são instrumentos, o Estado tem que estar preparado para isso. Eu acho que se fez alguns avanços importantes. No entanto, eu não estou convencido que a segunda característica esteja concreta. É preciso garantir também uma profissionalização de uma parte importante do Estado, baseado em meritocracia, para que o Estado possa garantir, de fato, que aquilo que se escuta e aquilo que sintetiza, de certa maneira o pensar dos partidos políticos e, evidente, do líder do governo que legitimamente assumiu a posição do país ou da região onde está, possa efetivamente ser praticado.

Então, aqui uma salvaguarda de um ponto de vista. A burocracia se impõe. É preciso também não achar que a burocracia vai dominar. É preciso saber que os focos postos por isso têm que ser garantidos e esses focos devem também trabalhar. Essa convenção é fundamental, de cargos políticos e uma burocracia estável, profissionalizada. Fizemos grandes avanços. A gente olha em outros países. Esse aqui é um país que, cá entre nós, fez grandes avanços. Está faltando esta pedra final, que é fazer com que os cargos sejam assumidos e que as carreiras sejam por meritocracia. E os cargos assumidos também por um elemento de meritocracia, apesar de sempre poder ser alvo de anti decisões de quem tem responsabilidades políticas e legítimas. Essa é a primeira coisa.

Segundo, eu tenho uma impressão. Eu vou me ater à questão do longo prazo. Eu acho que precisa se fazer um debate no Brasil sobre longo prazo. As grandes corporações pensam o longo prazo muito mais do que os estados. É engraçado isso. Fazem, inclusive, prospectivas, fazem planos de longo prazo, levam em conta profundamente o longo prazo. As grandes corporações e algumas pequenas empresas que são capazes de capturar as virtudes desse tipo de experiência. O que eu quero dizer com isso? Quando se trata do meio ambiente, eu penso que duas coisas se colocam. Primeiro,

evidentemente, as preocupações intertemporais, geracionais, os ganhos de hoje e os ganhos de amanhã. E é preciso poder partilhar esta visão intertemporal e intergeracional em planos que garantam minimamente para onde vamos. Ou seja, decisões que se tomam hoje estão construindo um futuro. É preciso saber que futuro é esse. Essa é a visão de cá para lá.

Agora, para poder fazer isso bem, é preciso ir de lá para cá. Este lá para cá é que normalmente a gente não faz. Primeiro que os governantes não estão interessados no longo prazo, é óbvio. Não estão interessados porque o seu ciclo de reprodução é de curto e médio prazo. Nós, da burocracia, precisamos realmente poder construir instrumentos e planos dessa natureza. O que significa o longo prazo? Eis a questão. Significa, do meu ponto de vista, trazer para o curto prazo grandes mudanças possíveis, porque diferidas não temos. É a primeira coisa. Grandes ambições, ninguém vai mudar o Brasil do dia para a noite.

Segundo, poder fazer com que interesses em conflito hoje possam ser, digamos assim, trabalhados, ser pactuados no longo prazo. O que eu quero dizer com isso? Interesses de hoje, que estão em conflito, diferem-se. Não é um pensante de transição e nem de ganho-ganho no futuro. Isso é fundamental na democracia, para que os conflitos não sejam impeditivos da transformação. Eu quero dizer que o longo prazo é a possibilidade de pactuar interesses em conflito diferindo-os, estabilizando-os em um processo de transição entre o de hoje e o futuro que queremos.

Terceiro ponto que me parece importante é que tem questões centrais no futuro que, se nós não olharmos hoje, a mim me parece que estamos perdendo grandes oportunidades. E não estamos vendo, inclusive, o que deveríamos blindar, contra o nosso projeto de desenvolvimento. Vou dar um exemplo concreto. Temos um bônus demográfico e todo mundo já tem ouvido falar disso. Mas esse bônus demográfico precisa que as políticas públicas potencializem. É preciso gerar empregos para uma platéia cada vez maior, uma população economicamente ativa cada vez maior. Ótimo. Mas se ela não tiver alta produtividade, ela não vai ser capaz

de poder produzir para si, produzir para os mais idosos e produzir para as suas crianças, que ainda continuarão e que é o nosso futuro.

O que está em jogo? A inovação, o conhecimento, a educação. É aí onde está o centro. Só para traduzir um pouco uma perspectiva de longo prazo no curto prazo. A outra questão que me parece é que, se seremos um país de idosos, evidentemente é preciso concluir uma série de políticas públicas. Tem que se preparar para isso. A questão do meio ambiente é outro aspecto. Esta tem que vir a favor e não contra. Eu, por exemplo, achei que, quando fôssemos discutir as saídas para a crise a partir de setembro de 2008, pudéssemos combinar medidas de ativação da economia – quando ela entra em um processo de crise ou entra em um processo de risco excessivo – com perspectivas de construir.

Você vai fazer um papel agressivo de transformação do padrão produtivo, um padrão de relações capital-trabalho, que nos oriente a um futuro desejado. Eu, por exemplo, achei que a questão de uma sociedade mais preparada do ponto de vista da reprodução das biomassas, da utilização do campo e da utilização dos nossos patrimônios naturais de uma maneira muito mais conscientizada ou muito mais ambientalmente correta pudesse ser uma alavanca fundamental, além daquilo que já foi feito. Com isso eu quero dizer que, como podemos tomar medidas de curto prazo em um regime de crise que são agressivas e que podem ter grande poder de transformação e a sociedade as aceita, porque está vivendo um momento de crise, era um momento oportuno para pensar no longo prazo trazido para o presente. Não é definido no presente. Isso que eu queria chamar a atenção. São aspectos que me aparecem.

A última que eu queria dizer: meio ambiente. Ou botamos o território no plano das políticas públicas ou não tem meio ambiente não. Porque a visão setorial tem uma tensão permanente entre território e setor. Resolver problemas setoriais. Não sei se vocês já viveram isso como nós, que já vimos em todos os momentos. A perspectiva setorial otimiza um custo-benefício aonde está o maior problema, mas nem sempre onde está o maior problema, no futuro, é onde estará o menor problema. Eu quero dizer que, se nós

olhássemos para onde vai a dinâmica territorial brasileira, deveríamos estar botando tanto saneamento nas regiões metropolitanas como lá, para resolver as tensões na região metropolitana, por ser economia de escala, e para dar potencialidade à dinâmica econômica territorial que se projeta para o interior do país.

Se vocês examinarem o setor, vai pensar sempre em botar onde está o maior problema. É que no futuro o problema estará lá. Se nos antecipamos, ganhamos duas vezes. Ganhamos e potencializamos uma dinâmica econômica. Multiplicamos o poder da dinâmica econômica. E, ao mesmo tempo, resolvemos aquilo que será um problema futuro, como foi no passado, com as nossas regiões metropolitanas, quando não fizemos o dever de casa como devíamos. Era isso. Eu acho que o território não é uma derivada segunda do setor. Nós temos que ser capazes de combinar o território da política territorial versus a política setorial como uma combinação ótima, mas não achar que uma deriva da outra. E é isso que eu queria chamar atenção no que diz respeito ao meio ambiente. Nós temos que botar o território para poder trazer a questão ambiental mais próxima da política setorial.

Senhor Ayrton Galiciani Martinello: Obrigado, Ariel. Não temos mais perguntas, mas eu vou aproveitar aqui o poder do microfone. Não é o meu papel, mas eu gostaria de fazer um comentário em relação a essa coisa do burocrático, do técnico e do político. Eu acredito que a gente pratique isso lá no setorial da Saúde, que nenhum político resiste a uma boa proposta técnica. Se a gente não tiver propostas prontas e acabadas, nós não conseguiremos emplacar essa proposta. Eu vou dar um testemunho do Plano Nacional de Saúde atual. Nós fizemos todo um processo de construção. No meio da construção desse processo mudou a gestão e a nova gestão entendeu que não era necessário esse plano. Nós continuamos o processo, continuamos trabalhando o plano. Um ano depois houve uma reviravolta e esse plano foi aprovado. Se a gente tivesse parado nesse momento que a gestão identificou que não queria o plano, nós não teríamos um plano. Porque em um momento, quando foi solicitado, ele estava pronto.

Eu acredito nisso e isso é uma responsabilidade nossa. Eu acho que a gente tem que trabalhar isso. Nós vamos formular propostas que não vão ser aceitas em um determinado momento. Mas se a proposta for boa, ela vai voltar e vai emplacar. É isso que eu acredito nessa questão. Agora eu vou passar para os nossos convidados para uma despedida breve, porque a gente já está com o tempo estourando. Vou aproveitar aqui e passar para o Ariel um certificado de agradecimento por essa participação. Ao professor Darc também. A gente agradece muito essa colaboração e essa generosidade de vocês compartilharem o conhecimento com a gente.

Senhor Darc Costa: Eu queria aproveitar e agradecer a vocês por terem me escutado com tanta paciência. Não sou contra o meio ambiente, só acho, por exemplo, que o projeto Belo Monte foi um projeto que poderia ter sido muito melhor se não tivesse tido um discurso ambientalista que eu não consegui entender. Até hoje eu não consegui entender por que está se restringindo uma hidrelétrica em prol de termelétricas a gás, a carvão, que são muito mais poluentes, etc. Mas não cabe a mim discutir aqui sobre isso porque eu também entendo, como o Pascal entendia, da integração vertical do gênero. Quando ele lá dizia que, ao longo de todos os séculos, só mesmo o homem que subsiste e aprende sempre. Com essa frase ele criou a idéia do compromisso que todos nós temos com aqueles que nos precederam e com aqueles que nos sucederão. E a questão do meio ambiente também está presa aí. Eu não sou uma pessoa que pensa em degradar o meio ambiente. Eu só penso em preservar o homem. Eu queria agradecer a vocês pela atenção que vocês me deram aqui nessa exposição. Para mim foi muito agradável poder contar aqui com um debatedor com o gabarito que tem o professor Ariel. Muito obrigado.

Senhor Ariel Pares: Quero agradecer a vocês, à associação. Primeiro por ter me convidado e poder estar na mesa com o professor Darc, mas, sobretudo, pela gentileza e pela percepção de que debates como esses são importantes no âmbito da carreira, para que ela possa não só pensar os instrumentos, mas também pensar o

conteúdo e a sua razão de existir. Eu acho que esse é o grande mérito. Eu gostei muito do título e gostei muito do que foi feito. Não basta só discutir os aspectos instrumentais e conceituais do planejamento e do orçamento. É preciso dar esta cor e este sentido de direção e de nobreza da função do planejamento e orçamento. Parabéns.

Senhor Ayrton Galiciani Martinello: Obrigado, Ariel. Eu agradeço. Obrigado pelo convite e eu acho que agora a gente encerra essa atividade.